

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 22 a 29 de agosto de 2023
PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO CRIMINAL PROCESSO
Nº:0844777-49.2021.8.10.0001 Apelante: Ítalo Luís da Conceição Silva
Defensor Público: Eduardo Henrique Salomão Silva Apelado: Ministério
Público Estadual Promotor: Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues Relator: Des.
José Joaquim Figueiredo dos Anjos Revisor: Des. Samuel Batista de Souza,
Juiz de Direito convocado Procuradora: Drª. Flávia Tereza de Viveiros
Vieira ACÓRDÃO Nº. _____ EMENTA PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO
IMPRÓPRIO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. INVIABILIDADE.
1. Inviável o pleito de desclassificação para furto do objeto subtraído
(CP; artigo 155), pois o simples emprego de grave ameaça já configura a
conduta do artigo 157 da Lei Substantiva Penal. O roubo é crime complexo e
pluriofensivo não se esgotando no ataque ao patrimônio da vítima, pois vai
além, atingindo também a integridade física, bem como sua liberdade
individual. Aqui, o réu estava armado com facas, ameaçou a vítima e ainda
asseverou ser integrante de organização criminosa para intimidá-la e
garantir a posse do perfume subtraído do estabelecimento comercial. 2.
Aplicação do artigo 46 da Lei nº. 11343/2006. Na linha de entendimento dos
Tribunais Superiores, deve ser comprovada a condição de dependente químico
e não se tem nenhum exame nos autos. De outro lado, a causa de diminuição
de pena tem aplicação restrita aos delitos envolvendo entorpecentes.
Precedente. 3. Apelo conhecido e desprovido. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os
Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer da
douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer da presente Apelação
Criminal e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do
Desembargador Relator. Votaram neste julgamento os Senhores
Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Gervásio Protásio dos
Santos Júnior, Samuel Batista de Souza. Presidência do Excelentíssimo
Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela
Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro. São Luis, 22 de agosto de 2023 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos
Anjos Relator (ApCrim 0844777-49.2021.8.10.0001, Rel. Desembargador (a)
JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 31/08/2023)